

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 95ª
(NONAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 27 DE OUTUBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, § 4º, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por trinta minutos.

(Suspensa às 15h02min, a sessão é reaberta às 15h22min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 89ª Sessão Ordinária;
- Ata da 90ª Sessão Ordinária;
- Ata da 91ª Sessão Ordinária;
- Ata da 92ª Sessão Ordinária;
- Ata da 93ª Sessão Ordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero falar de um assunto que, do meu ponto de vista, é um dos mais importantes neste momento: a revolta dos estudantes brasileiros contra a chamada PEC nº 241, que é a PEC da destruição do serviço público, a PEC da destruição do ensino público no Brasil, a PEC da destruição da saúde pública deste País, a PEC da destruição das universidades públicas, dos institutos federais de educação e de todos os órgãos que cuidam da educação deste País. Sem dúvida, vai atingir desde o ensino fundamental ao ensino superior, bem como a nossa saúde pública, que já é tão precária.

Eu quero, no dia de hoje, Deputada Luzia de Paula, parabenizar os estudantes brasileiros, a coragem desses jovens, meninos e meninas que já ocuparam mais de mil escolas em todo o território nacional, inclusive aqui no Distrito Federal. O Elefante Branco está ocupado e é uma escola de referência. Os institutos federais aqui em Brasília estão ocupados e são escolas de referência. Portanto, é a revolta, Deputado Bispo Renato Andrade, é o levantamento da juventude brasileira dizendo que não aceita essa imposição dos golpistas.

Essa PEC nº 241, que congela os gastos públicos por vinte anos, é como se, durante vinte anos, não nascesse mais ninguém, ninguém se aposentasse, o salário do servidor ficasse congelado, não se pudesse contratar nenhum servidor público. É a PEC da destruição! Ela está sendo vendida como um engodo pelos grandes meios de comunicação, pagos hoje a preço de ouro para falarem bem dessa PEC desgraçada.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Os jovens, meninos e meninas que estão ocupando universidades e escolas de ensino médio deste País estão de parabéns! Estão mostrando que ainda existe alguma esperança, que é possível efetivamente que as coisas comecem a mudar neste País. Não dá para continuar desse jeito. É inaceitável o processo de destruição que está sendo feito. Mas, quando a juventude se levanta, é sinal de que nem tudo está perdido, é sinal de que a coragem e a determinação desses jovens vão fazer efetivamente as mudanças de que este País necessita, de que este País precisa.

Desta tribuna, no dia de hoje, não falo só por mim, falo pelo meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e parabenizo esses jovens. Nós, povo brasileiro, não aceitamos essa destruição, estamos com vocês. Vocês estão dando exemplo, estão abrindo caminhos, mostrando qual é o rumo do que tem de ser feito neste País.

É triste, Deputado Wasny de Roure, o comportamento truculento de alguns governadores, como, por exemplo, o do Estado de Tocantins, que ontem mandou a polícia algemar crianças e adolescentes que estavam lá de maneira pacífica, de maneira tranquila protestando contra a PEC. Invadiram a escola e algemaram aqueles jovens. Que aquelas algemas, que o brilho daqueles ferros sirva para despertar a revolta no Brasil e a solidariedade do mundo. Que o mundo passe a ver, efetivamente, o que está acontecendo neste país. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, assessores desta Casa Legislativa, uso a tribuna hoje para tratar de um assunto que tem sido debatido e foi, inclusive, falado pelo Deputado Chico Vigilante.

Eu gostaria de externar a minha opinião quanto à Proposta de Emenda à Constituição nº 241, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados e seguiu ao Senado Federal, para aprovação em dois turnos. A PEC nº 241 trata de uma limitação de gastos feitos pelos órgãos públicos, pelo Poder Público, nas três esferas – estados, municípios e União – e também entre os três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário.

Eu explico essa PEC de uma forma didática. Imagine que você receba um cartão de crédito sem limite e um salário-mínimo por mês. No primeiro mês, você gastou o referente, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a 30% da sua renda, mas consegue, com o salário que recebe, pagar a fatura desse cartão. No segundo mês,

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

you gastou 70%, apertou um pouco, cortou ali um pouco das despesas, mas consegue pagar também a fatura desse cartão. No terceiro mês, você descontrolou-se um pouco e gastou 100% daquilo que recebe. Daí, você diz: "Se eu pagar o cartão de crédito, ou vou ter de utilizar o cartão de crédito para a minha sobrevivência ou eu vou ficar sem sobreviver. Daí, você pega um empréstimo e paga a fatura completa do cartão. No quarto mês, você gasta de novo, paga o mínimo e fala o seguinte: "Eu não tenho mais condições de continuar pagando o total da fatura." E paga o mínimo. No quinto mês, você tem um ato de sanidade, liga para o banco e diz a eles que quer que seja estabelecido um limite no cartão compatível com a sua renda e que vai renegociar a dívida do cartão. A PEC nº 241, no meu entender, é isso. Ela estabelece um limite de gastos ao Poder Público compatível com a arrecadação.

Eu concordo que áreas essenciais, como educação, saúde e segurança, não devem ser afetadas dentro dessa PEC. Na minha avaliação, eu acredito que é uma PEC de responsabilidade com o País e até mesmo que vai trazer a confiança para o investimento e a recuperação da economia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado, eu concordo em parte com V.Exa. O ato de governar não é apenas manter as contas ajustadas da maneira como o governo está conceituando. Permita-me discordar do exemplo que V.Exa. está dando, como se uma sociedade de mais de duzentos milhões se resumisse a uma pessoa. Além do que, como se em uma população de duzentos milhões, todos tivessem o mesmo nível social. São pressupostos absolutamente distantes da nossa realidade. A realidade da sociedade brasileira é a de que somos um dos países com os maiores índices de concentração de renda. Estamos entre os maiores e não somos um País pequeno. É um país de dimensão continental e complexo, com disparidade gigantesca. Quando você estabelece limitações em áreas como a da educação e da saúde, está negligenciando particularmente a juventude e a população menos favorecida deste país. É o preço que vai ser pago.

Eu, hoje, com 65 anos, não vou ser tão prejudicado como um jovem com 17 anos. A leitura que o governo faz é meramente contábil e orçamentária. E um País não pode ser governado... porque é uma população que está vivendo, respirando e que não responde tão somente a esse pressuposto. Tanto é verdade que estão propondo uma reforma da previdência àqueles que são mais bem aquinhoados. Quem propôs foram os mais bem aquinhoados. É uma proposta que morreu. Não tem nem mais condições, porque aqueles que deveriam discutir não têm autoridade moral para discutir.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

Então, eu peço desculpas. O discurso do Deputado Chico Vigilante, no meu modo de entender, é perfeito. Nossa assessoria tem visitado várias unidades ocupadas. O quadro de gravidade é muito grande, porque o que está acontecendo é o sequestro da esperança dessa juventude. Para mim, isto é grave: o sequestro. Estão querendo construir um País utópico, como Delfim Neto definia: vamos completar o bolo para depois dividir. Essa foi a tese. O país assiste hoje... não é verdade que foi exatamente FHC, a mesma turma que voltou ao poder, que impediu a construção das escolas técnicas neste país. Tiveram oportunidades de ampliar a rede das universidades.

Podem discordar dos fatos que o país está vivendo, que são ruins do ponto de vista da história, do ponto de vista de questões de Petrobras etc. Eu entendo que cabe muito discurso por aí, mas sequestrar a esperança de um povo é um peso muito grande para quem não tem legitimidade nas urnas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Já concedo um aparte a V.Exa., Deputado Chico Vigilante. Eu quero dizer a V.Exa., Deputado Wasny de Roure, que sou um dos precursores da garantia de direitos a políticas públicas de juventude neste país. O Estatuto da Juventude foi aprovado no ano de 2010 e sancionado pela então Presidente da República. Eu participei da elaboração. Até então, eu estava na juventude do PSDB. Quando eu escrevi, fiz parte da construção. Isso era no ano de 2003. Logo depois, eu saí do PSDB e fui me filiar ao partido em que estou hoje. As garantias que temos das políticas públicas de juventude, até o ano de 2010, com a PEC da Juventude, que foi promulgada pelo Congresso Nacional, e com o Estatuto da Juventude, sequer estavam sendo verificadas e avaliadas. Hoje, quando vemos, na profundidade, a execução de políticas públicas voltadas à juventude, se fizermos um comparativo nos últimos dez anos, veremos que existe um investimento mínimo na recuperação social e na inserção desses jovens não só no mercado de trabalho – aqui eu não quero falar do mercado de trabalho –, mas também no contexto social em geral.

Muitas vezes, falamos de sequestro da esperança, como V.Exa. disse. Óbvio que se precisa investir na educação, mas as políticas públicas que eram garantidas, que estão garantidas dentro do Estatuto da Juventude, sequer foram tiradas do papel nos últimos dez anos. A Secretaria Nacional de Juventude foi criada – aqui eu quero parabenizar o governo do Partido dos Trabalhadores – na época do Presidente Lula, que teve a coragem de criar uma Secretaria Nacional com *status* de ministério e também o Conselho Nacional de Juventude, que foi muito bem dirigido na época pelo Secretário Executivo Carlos Odas, que foi, inclusive, Presidente da Juventude Nacional do PT, meu contemporâneo na União Nacional dos Estudantes, quando cheguei a ser Vice-Presidente. Mas infelizmente, o núcleo duro do governo na época sequer conseguiu tirar as políticas públicas que eram garantidas pela Secretaria Nacional de Juventude, bem como pelo Conselho Nacional de Juventude. E aqui eu

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	6	

quero citar o exemplo do Projovem Trabalhador, que é um programa fantástico, excepcional, mas não conseguiu, durante os últimos 8 anos, bater a sua meta de qualificação e inserção do jovem no mercado de trabalho.

Os direitos precisam ser garantidos, mas não adianta eu ter garantia de direito sem ter como executá-lo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, vamos a uma conta simples. Desde que o Brasil existe, nós tínhamos neste País, até quando o Presidente Lula tomou posse, 146 escolas técnicas federais. Aqui em Brasília, não havia nenhuma, porque o colégio agrícola tinha sido destruído. Quando o Presidente Lula resolveu investir em ensino técnico neste País, nós passamos para mais de seiscentos institutos federais com o mesmo padrão. O que tem aqui na Samambaia, ou no Plano Piloto, ou lá no interior do Maranhão é o mesmo tipo, a mesma modalidade. São milhares e milhares de alunos que estão nessas escolas. Se essa PEC estivesse em vigor, Deputado Delmasso, hoje isso não teria a expansão que teve. Brasília não teria dez institutos federais de educação. Eu estive com a Deputada Luzia de Paula em dois institutos federais, dá prazer, dá gosto. Não teriam sido construídos. Simplesmente não teriam sido construídos. Nós não teríamos Samu, UPA, não teríamos nada – e eu não estou dizendo que a saúde está boa, não.

No caso da saúde, todo dia, seja Base ou seja Oposição, reclamam aqui da saúde. O Deputado Juarezão, que preside esta Casa, é da saúde e sabe que está uma desgraça. O problema, Deputado Delmasso, é que com essa PEC, a partir de 2018, vai piorar, porque a saúde precisa de mais investimento. Não dá para congelar os gastos. Não dá para limitar em 20 anos: eu só vou gastar o que eu arrecado. Está errado. A saúde e a educação têm que ter investimento efetivo. Ciência e tecnologia têm que ter investimento.

E mais um agravante: estão vendendo as nossas empresas estratégicas. Outro dia, eu fiz um pronunciamento aqui, Deputado Delmasso, no dia que se completaram 5 anos da morte do Gaddafi. Mataram o Gaddafi por quê? Por causa do petróleo da Líbia. Destruíram aquele país, que hoje não existe como país. Mataram o Saddam Hussein por quê? Por causa do petróleo do Iraque. Aqui no Brasil, bastou dar um golpe na mão grande, e vão levar de graça, não deram um tiro. No entanto, os efeitos vão ser mais desastrosos do que os da guerra do Iraque, da guerra da Líbia, porque são milhões e milhões de jovens que vão morrer. Nós estamos falando de um futuro que a gente imaginou e que, não importa qual era o partido, V.Exa. sabe que estava sendo construído e que vai ser barrado. E vai ser barrado, Deputado Delmasso, por quem não teve um voto.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

V.Exa. foi do PSDB, mas – para eu concluir meu aparte, para não ficar maior do que o pronunciamento de V.Exa. – quero dizer o seguinte: mesmo o Presidente Fernando Henrique não teve coragem de fazer isso; o Aécio, se tivesse sido eleito, não faria isso. Você pega aquela quadrilha que está em volta do Temer, os caras não têm um voto. Se o Moreira Franco se candidatar a vereador do Rio de Janeiro, não ganha, o homem forte do governo. Eliseu Padilha saiu da vida pública, da disputa de voto, porque não ganha no Rio Grande do Sul. Portanto, é a turma que não tem um voto que vai levar o PMDB, essa parte e os seus assemelhados, para o buraco. O povo brasileiro não é bobo, vai ter dois anos para verificar a desgraça que eles fizeram. E aí vai ter o retorno e começa já tendo pela juventude.

DEPUTADO DELMASSO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Chico Vigilante, e, mesmo discordando em parte do que V.Exa. colocou, incorporo-o ao meu pronunciamento.

Só para finalizar, o que o Deputado Chico Vigilante falou é verdade. Quando o Presidente Lula iniciou o programa de incentivo à educação técnica no País, realmente os institutos federais foram instalados, mas é importante ressaltar que, quando foram feitos esses investimentos, tanto na educação, na saúde, o crescimento, Deputado Prof. Reginaldo Veras, da economia do Brasil era de 5%, e hoje o nosso crescimento não passa de 3%. Hoje nós vivemos uma retração econômica que impede o governo de não ter responsabilidade nos seus gastos. Eu acredito que uma gestão responsável não deva cortar investimentos de áreas prioritárias, mas aquilo que é supérfluo é necessário que se corte, é necessário que se bote limite.

Então, eu defendo, sim, a PEC nº 241 nesse sentido, porque, na minha visão, é a PEC da responsabilidade, é a PEC que vai devolver ao País o crescimento econômico. Eu me lembro de quando, Deputada Telma Rufino, o ex-Presidente Fernando Henrique, quando Ministro da Fazenda, estava implantando o Plano Real. Alguns diziam que era a derrocada do Brasil, que era a dolarização do Brasil, que era a venda do Brasil para os Estados Unidos, quando se estabeleceu a unidade real de valor de um real a um dólar, que iria facilitar a entrada dos americanos no País, e hoje, graças ao Plano Real, os governos que sucederam o Presidente Fernando Henrique conseguiram fazer, com todo o mérito, a recuperação social que deveria ser feita. Eu me lembro, quando da aprovação do Plano Real, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que o discurso era semelhante. E hoje, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem salvado alguns municípios e alguns estados brasileiros.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado por esse debate que faço aqui com o Partido dos Trabalhadores, debate franco, debate aberto, com respeito às pessoas, mas com a divergência de ideias. Neste quesito, quero aqui agradecer ao Deputado Wasny de Roure pelo excelente debate, ao Deputado Chico Vigilante também por expor aqui opiniões diversas. Esse debate, Deputado Chico Vigilante, engrandece o Brasil, engrandece a democracia e engrandece esta Casa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

Obrigado, Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir à tribuna da Casa no dia de hoje porque nós assistimos à manifestação do governo sobre o fechamento dos recursos para poder fazer frente à folha de pagamento. Sr. Presidente, eu estou absolutamente assustado com a capacidade do governo de governar assustando as pessoas e tendo uma enorme dificuldade de enxergar os seus próprios erros.

Veja bem, Deputada Luzia de Paula, quando nós verificamos, no ano passado, a execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal – gostaria muito que o Deputado Agaciel Maia estivesse aqui – nós, Deputado Juarezão, tivemos a execução fechada no ano de 6 bilhões, 161 milhões à área da segurança pública. Qual era o orçamento naquela ocasião? Era de 6 bilhões, 296 milhões só para a área da segurança, as três corporações, para pessoal, custeio e investimento. Qual a diferença que não foi executada, Deputada Telma Rufino? A diferença é de R\$ 135 milhões de reais, Deputada Luzia de Paula. Qual a alegação que o governo fez no encerramento do exercício de 2015? Se os colegas se lembram, eu cheguei a fazer aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras vai se lembrar, um pronunciamento sobre o remanejamento que o governo tinha feito, com um dos últimos decretos assinados pela Presidenta Dilma no ano 2015, de quase 110 milhões de reais, no mês de dezembro, transferindo de sobras da área de segurança para a área de pessoal da educação e da saúde.

Nós alertávamos, naquela ocasião, que o governo poderia fazer um remanejamento entre 180 e 200 milhões de reais. Essa foi a palavra que nós utilizamos neste microfone. E eu tive a oportunidade de encontrar o Governador no gabinete dele e dizer: Governador, vai chegar o próximo ano e um dia eu vou àquela tribuna dizer o quanto o governo perdeu na execução do Orçamento referente ao Fundo Constitucional no ano de 2015. E esse dia chegou, que é hoje. É bem verdade que os levantamentos que temos são preliminares, Deputada Luzia de Paula.

Qual era a sobra que o governo disse que empenhou? O valor era de 135 milhões, empenho esse inclusive chamado de empenho de capa. Ocorre que o governo coloca isso em restos a pagar não processados. O governo, na hora desse processamento, Deputado Prof. Reginaldo Veras, consegue fazer isso com as três corporações no Distrito Federal, nada mais, nada menos o valor de R\$ 40.251.000,00 (quarenta milhões, duzentos e cinquenta e um mil reais). Isso para o conjunto Corpo de Bombeiros, Polícia Civil e Polícia Militar. Essa é a execução dos restos a pagar não

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

processados. O que o governo liquidou, pagou, com relação a esse montante? Ele pagou R\$ 34.792.000,00 (trinta e quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil reais), faltando um saldo a pagar de 5 milhões e meio.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, é assustador, V.Exa. acompanha bastante a área da educação. O que justifica o governo deixar de gastar mais de noventa milhões? Foi a perda que o governo deixou, e agora está reclamando que não tem 75 milhões para pagar. Olhem, deveriam no mínimo ter a cara de pau de ter uma assessoria que informe o que está acontecendo com as contas do Distrito Federal. Por isso, na última reunião, terça-feira passada, eu me dirigi à Secretaria de Planejamento e ao Secretário Adjunto solicitando que fosse definido para nós a reestruturação no remanejamento que foi feito do Fundo Constitucional. Eles reforçam, sobretudo, as dotações para as áreas de investimento e de custeio, fazendo drástica redução nos recursos de pessoal.

Olhe só, Deputado Prof. Reginaldo Veras: o que foi liquidado e não teve concluído o pagamento entra no ano subsequente como restos a pagar processados. Restos a pagar processados é o que foi liquidado no ano passado e que tem resíduos para ser concluído este ano. Nós tivemos R\$ 1.516.000,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil reais), e o governo já pagou R\$ 1.436.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil reais).

Ora, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o governo traz uma absoluta intranquilidade aos servidores públicos e não faz a autocrítica. Eu tinha alertado o Governador: Governador, nós temos áreas no governo que não conseguem executar os recursos. O que vai acontecer? Esses recursos, não sendo empenhados, ficarão no âmbito do Fundo Constitucional da União.

Sr. Presidente, eu quero ser absolutamente responsável nessa hora, até porque na última terça-feira nós comentamos aqui a conversa que nós tivemos com o Ministro do Planejamento, acompanhados do Deputado Federal Laerte Bessa e do Líder do Governo na Câmara dos Deputados, Deputado Federal André Moura. O que o governo no mínimo tem que solicitar, Deputada Luzia de Paula? O governo tem que solicitar a apuração do superávit e a incorporação no Orçamento do Fundo Constitucional este ano. Isso é o razoável que o governo tem que fazer. Por quê? Ele, fazendo isso, deixa de ter essas perdas. É verdade que o Governo Rollemberg diminuiu, eu não posso deixar de reconhecer isso aqui, mas ele tem perdido recursos. Ele, que tem alegado eficiência na gestão financeira e na gestão orçamentária do Distrito Federal, sobretudo no Fundo Constitucional, sobretudo em um ano de enorme dificuldade, em que nós tivemos a redução de 382 milhões de reais no Orçamento do Fundo Constitucional deste ano.

Portanto, é razoável que se peça para que esses recursos sejam remanejados no final do ano para que transformem em pagamento de pessoal, que é algo mais rápido, mais célere e poupa a Rubrica 100 do Governo e do Tesouro do

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
27 10 2016	15h	95ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

Distrito Federal. Isso alivia para que o governo tenha mais facilidade de fazer frente às folhas de pagamento.

Portanto, não adianta o governo dizer que neste momento não tem, porque ele permite, por falta de planejamento e falta de habilidade no trato, sobretudo com as corporações, fazer o remanejamento que precisa fazer. Eu tenho certeza de que, se o governo não tiver neste final de ano agilidade, nós teremos novas perdas no ano subsequente.

Portanto, Sr. Presidente, Deputada Luzia de Paula, Deputado Juarezão, que fazem parte da Base do Governo, eu deixo isso aqui para se fazer essa discussão. Isso aqui são perdas que poderiam deixar de existir, como foi o caso dos 110 milhões. A única coisa, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que nós dissemos para o governo que poderia chegar aos 200 milhões de reais – entre 180 e 200 milhões de reais. É claro que não resolveria todos os problemas financeiros do Distrito Federal, mas o governo hoje não precisaria estar passando constrangimento de dizer que não tem os 75 ou 76 milhões para concluir a folha de pagamento e ao mesmo tempo ter que responder para a população porque deixou de usar 93 ou 95 milhões de reais, ficando na conta da União, deixando de ser transferido para o Governo do Distrito Federal pagar a folha de pagamento.

São essas as considerações que eu quero deixar aos colegas Parlamentares. Que me ajudem a convencer o governo, porque isso representa perdas para Brasília.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Por isso, quando eu for Presidente, V.Exa. será o meu Ministro da Fazenda.

Não havendo *quorum* regimental para darmos continuidade aos trabalhos, declaro encerrada a sessão. Vamos todos em paz.

(Levanta-se a sessão às 15h57min.)